

Brasília, 03 de agosto de 2017.

Plantão de Direção: Rogerio Marzola, André, Robertinho  
Em Brasília: Rolando.

## INFORMES NACIONAIS

### FASUBRA e SINTEST/RN defendem ações conjuntas por orçamento nas IFES e abertura de negociação com o MEC no conselho de reitores



A FASUBRA Sindical participou da reunião do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), nesta quinta-feira, 27, em Natal-RN. Representaram a Federação os coordenadores Rogério Marzola, André Gonçalves e Roberto Machado. Também acompanharam o evento Aparecida Dantas, Felipe Tavares e Pedro Neto, representantes do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior (SINTEST/RN) e trabalhadores da base da entidade.

Na ocasião, a FASUBRA fez uma intervenção em defesa das instituições públicas de ensino superior e por abertura de negociação por parte do governo, da pauta de reivindicações dos trabalhadores técnico-administrativos em educação.

#### Crise nas IFES

A situação crítica das instituições federais de ensino superior (IFES), devido à redução do custeio e financiamento compromete o funcionamento das instituições até o final do ano, marcou a posição da Federação. "Ações articuladas e convergentes são necessárias para a construção de uma ampla frente em defesa das IFES, e de seu caráter público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado".

Para a representação da FASUBRA, "estão em marcha uma série de políticas de Estado, direcionadas para o fim de repasses orçamentários do Tesouro, como denota o caráter supressivo do orçamento, dos recursos que sejam

provenientes de captação própria das IFES. Além da redução orçamentária brutal que se tornará referência por meio da EC 95/16, acarretando demissões de terceirizados”.

### **PDV e redução de jornada e salários**

A Medida Provisória 792/17, que trata do Programa de Demissão Voluntária (PDV) com a redução de jornada e salário, colocada como política permanente acentua a crise, regulamentando ano a ano os quantitativos de demissões almeçados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A Federação propõe à direção da Andifes, que será eleita no Conselho Pleno, uma reunião urgente para tratar dessas iniciativas junto à sociedade e ao parlamento.

### **Paralisação dia 02 e articulações entre Fasubra e Reitorias**

A FASUBRA oficializou a Paralisação Nacional da Categoria no próximo dia 02 de agosto, combinando o eixo de defesa orçamentária com a necessidade de estabelecer o processo negocial entre Fasubra e Ministério da Educação (MEC).

Segundo os coordenadores, as manifestações ocorrerão por todo o país. “É fundamental o apoio institucional e a manifestação dos reitores diante das reivindicações apresentadas pelos técnico-administrativos em educação, exigindo o estabelecimento de agenda negocial com o MEC”, afirmou a representação da FASUBRA.

### **Exoneração de sindicalistas**

Na ocasião, a FASUBRA destacou que não são aceitáveis conflitos em que gestores promovam a **exoneração de sindicalistas**. “É necessário que a Andifes e reitores das Instituições busquem reestabelecer relações de trabalho saudáveis e a readmissão dos servidores”.



### **Extinção da Unila**

Na reunião, a Federação manifestou profunda indignação e disposição de impulsionar a resistência contra o processo intervencionista em curso na **Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)**. Por meio de MP, a instituição pode ter seu caráter de universidade de integração regional e autonomia completamente destruídos.

“Após as afirmações, houve uma calorosa manifestação de apoio dos reitores e reitoras presentes, demonstrando o quanto essa atitude arbitrária revoltou a comunidade acadêmica a nível nacional”, afirmou a representação da FASUBRA.

A FASUBRA aguarda a definição da nova diretoria da Andifes, que será eleita neste fim de semana, para definir uma agenda de reuniões. A Federação entregou um **ofício** a Andifes, que aborda os temas apresentados pelos coordenadores e estabelece uma proposta de discussões com os gestores das IFES.

**Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical**  
**Direção Nacional FASUBRA Sindical**

## Conselho Fiscal avalia contas de julho a dezembro de 2016

Reunidos de 24 a 28 de julho na sede da FASUBRA Sindical em Brasília-DF, o Conselho Fiscal confere as contas do período de julho a dezembro de 2016. Os membros do conselho durante toda a semana realizam a fiscalização das ações praticadas pela Federação a partir do princípio de legalidade e regularidade dos atos da gestão, principalmente financeira e contábil.

A conferência dos valores e consulta da autenticidade das notas estão alinhados ao relatório contábil. Após, o conselho produz um relatório a partir do registro das informações, entregue à Coordenação de Administração e Finanças.

O Conselho Fiscal tem como objetivo apoiar a Direção Nacional, emitindo sugestões de como encaminhar a administração dos recursos. A atuação dos conselheiros garante a transferência de informações e transparência na execução orçamentária e financeira da instituição.

### Você sabia?

- O Conselho Fiscal tem cinco membros titulares e cinco suplentes.
- O mandato dos conselheiros acompanha a vigência do mandato da Direção Nacional, com direito a uma reeleição.
- As regras para eleição do conselho são iguais às regras aplicadas à Direção Nacional.
- Quem é conselheiro não pode acumular o cargo de diretor da Federação.
- O Conselho Fiscal tem o próprio Regimento Interno aprovado em Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical.

### Membros do Conselho Fiscal

Leonir Tunala Resende – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – SINTUR-RJ

Mozart Roberio de Sá Siqueira – Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco – Seção Sindical UFRPE

Mauro Mendes – Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília – SINTFUB

Ademar Sena de Carvalho – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau no Estado do Maranhão (SINTEMA)

Rosângela Márcia Frizzero – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora - MG (SINTUFEJUF)

**Com informações:** [Estatuto da FASUBRA Sindical](#)

### Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical

## Fonasefe exige início imediato de negociação da Campanha Salarial 2017

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), o qual a FASUBRA Sindical participa, protocolou [ofício](#) reivindicando a negociação da [Campanha Salarial 2017](#), na tarde de quarta-feira, 26, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Representou a Federação o coordenador André Gonçalves.

### Barrados

Impedidos de entrar no prédio, os representantes foram recebidos na porta do ministério, onde o [ofício](#) foi protocolado. O documento destaca as tentativas de negociação dos trabalhadores do serviço público federal com o governo.

### Descaso

O descaso com a Categoria e a conduta de omissão do governo foram pontuadas, configurando a violação da [Convenção nº 151](#) e a [Recomendação nº 159](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as quais o Brasil é signatário.

### Desculpa

A desculpa do governo de crise econômica e aprovação do limite de gastos (EC 95/16) para não atender as reivindicações, não convence mais os trabalhadores. Principalmente diante do pedido de acréscimo de 16,7% da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Constituído por 22 entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário, o Fonasefe exigiu início imediato do processo de negociação, e advertiu a consumação de crime de responsabilidade, por violação da Lei nº 1079/50 pelo governo.

“O descaso do governo com o funcionalismo público é evidente, pois nem sequer entrar no ministério tivemos o direito. Somente a luta poderá mudar esse cenário”, afirmou a representação da FASUBRA.



Em **fevereiro** deste ano, o Fonasefe protocolou a **pauta de reivindicações** e desde então não houve resposta do governo federal referente às reivindicações.

**Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical**

## **Direção Nacional manifesta apoio e solidariedade aos trabalhadores exonerados da UNIRIO**



A Direção da FASUBRA Sindical manifesta total apoio e solidariedade aos técnico-administrativos em educação, Marcelo Silva, Bruno Luiz Santiago Cruz e Rafael de Souza e Mello, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), exonerados do serviço público, sem direito de contestar a decisão.

### **Sem aviso prévio**

Os trabalhadores que também são ex-diretores da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ASUNIRIO) receberam a notícia no dia 04 de julho, pelo Diário Oficial da União (DOU), sem notificação da administração da universidade.

Marcelo, Bruno e Rafael organizaram a Greve de 2015, protagonizaram a luta contra a privatização do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG), contra o assédio moral e perseguições na universidade. De acordo com a Federação, o caso ocorreu por clara perseguição política contra a atuação sindical dos trabalhadores, principalmente em defesa dos Hospitais Universitários 100% públicos.

Para a FASUBRA, a administração superior da UNIRIO é responsável pela concretização da medida, considerada arbitrária. A Federação colocou a Assessoria Jurídica Nacional à disposição dos trabalhadores.

### **Anulação da exoneração**

Durante a Plenária Nacional da FASUBRA, realizada nos dias 08 e 09 de julho, a Direção Nacional convocou todos os trabalhadores e entidades de base a prestar solidariedade e unir forças na luta contra a medida. "Exigimos a anulação da exoneração dessas lideranças sindicais. Lutar não é crime!"

### **Consequências**

Bruno e Rafael sofrem de estresse traumático devido às relações de assédio no ambiente de trabalho. A exoneração ocorreu enquanto estavam de licença médica referendada pela equipe de perícia da universidade, pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) e pela Clínica da Família Rodolpho Rocco.

### **Bruno Cruz**

O trabalhador recebeu a notícia em um momento conturbado. Com o filho de sete anos internado devido a uma reação alérgica a bromoprida, sem dinheiro para comprar remédio. "Após trabalhar dois meses diariamente na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) sem receber, passei a ter sensação de infarto e falta de ar. Hoje, sou mais um dos portadores do transtorno de pânico, desabafou Bruno".

Atualmente, o técnico-administrativo vive duas lutas após três anos de trabalho. Ser curado das crises de taquicardia e falta de ar e minimizar os impactos da crise na vida dos dois filhos. "O mais velho tem oito anos e me suplicou para não voltar a trabalhar em nenhuma universidade. Ele quer que eu trabalhe em alguma loja. Terei um longo caminho para desfazer esse trauma nele. Preciso convencê-lo de que a universidade é o lugar do conhecimento, do ensino, pesquisa e extensão, e que os abusos humanos da UNIRIO são exceção e não regra."

### **Rafael Melo**

Após quatro anos como servidor público, Rafael falou sobre o orgulho que sentiu ao trabalhar em uma universidade federal. Segundo ele, um espaço da construção do conhecimento e da cultura, através da ciência, da pluralidade das ideias, do respeito aos direitos humanos. "Agora sou expulso do serviço público por pessoas que não sabem o que é uma universidade. Ou pior, transformam a universidade em feudos de poder e em mera "matriculadora" de gente e fornecedora de diplomas".

Restou apenas o sentimento de injustiça, "fui expulso por lutar por uma universidade em que acredito, sem direito de me defender, sob licença médica e sem ser notificado. E isso tudo vai para muito além do que um ataque pessoal, pois eles já destroçaram minha vida. Isso é um ataque a todos que militam por um modelo de educação libertador, laico, democrático, humano, acessível, gratuito e de qualidade para todos e todas. Esse foi um ataque às nossas famílias, aos trabalhadores das universidades e à população de um modo geral. Espero que a justiça seja feita, que eu possa voltar a viver e que a universidade resista!"

### **Marcelo Silva**

Com cinco anos de trabalho, o técnico-administrativo em educação afirma que ficou confuso com a notícia. Baseada em avaliações negativas de apenas um gestor, a decisão administrativa foi executada. De acordo com Marcelo, as avaliações das chefias anteriores e posterior à do gestor, foram muito boas.

Sobre a acusação de faltas, Marcelo disse que a UNIRIO afirma categoricamente a omissão de dados reais do gestor sobre as folhas de ponto. "Mesmo assim fui arrancado do meu cargo como se não fosse apto a exercê-lo. E esse é só um dos vários absurdos. Fui comparado a uma doméstica em pleno setor de trabalho. Uma pessoa falou que eu deveria cumprir as ordens da chefia, assim como um empregado doméstico, e eu sou negro".

Segundo o técnico-administrativo em educação, a administração da universidade tinha ciência sobre o conflito com o gestor, muito antes da abertura dos processos.

### **Solidariedade**

A FASUBRA convoca todos trabalhadores e trabalhadoras das instituições de ensino públicas a prestar solidariedade e lutar contra esse absurdo!

Contribuições financeiras para apoiar o sustento dos companheiros demitidos, bem como de suas famílias, podem ser feitas na conta da FASUBRA, na Caixa Econômica Federal, agência 0004, operação 013, conta poupança 18709-8, e informadas pelo e-mail [fasubra@fasubra.org.br](mailto:fasubra@fasubra.org.br).

Por um serviço público democrático, gratuito, acessível, sem assédio e de qualidade para todos e todas!

### **Contribuições**

Caixa Econômica Federal

Agência - 0004

Operação 013

Conta Poupança - 18709-8

**Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical**

## **Reunião Ampliada dos SPF contra o desmonte do serviço público acontece em agosto**

A FASUBRA Sindical convoca todas as entidades sindicais filiadas a participar da Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que acontece nos dias 04, 05 e 06 de agosto, em Brasília-DF. O evento será no Hotel San Marco, situado no Setor Hoteleiro Sul da capital federal e é direcionado aos dirigentes de entidades sindicais filiadas ao Fórum. A expectativa de participação é de 600 pessoas.

O objetivo é ampliar o debate das entidades sindicais na luta contra o desmonte do serviço público, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95/16, da Reforma Trabalhista (terceirização) e a proposta de Reforma da Previdência com votação prevista para agosto na Câmara dos Deputados.

Serão realizadas avaliações políticas do cenário atual indicando perspectivas futuras e debate político técnico sobre os impactos ocasionados das mudanças legislativas, para traçar estratégias eficientes de enfrentamento.

A Reunião Ampliada tem um papel importante na promoção da unidade de ação na defesa dos servidores e da melhoria de qualidade dos serviços públicos para a população.

Confira a programação do evento

**Local:** Hotel San Marco (Setor Hoteleiro Sul – Quadra 5 – Bloco C) – Brasília/DF.

**Data:** 04, 05 e 06 de agosto de 2017.

### **04/08 - sexta-feira**

19h– Análise de conjuntura

Mesa com representantes das seguintes entidades: CSP-Conlutas, ANDES-SN, CONDSEF, FENAJUFE e DIAP.

### **05/08 – sábado**

9h– Painel 1

- Emenda Constitucional 95/2016 e seus impactos no Serviço Público.

Exposição: DIEESE

- O Estado mínimo e desmonte do Serviço Público.

Exposição: ASSIBGE

- Defesa dos direitos dos servidores e dos serviços públicos.

Exposição: SINASEFE

- Campanha Salarial

Exposição: CONDSEF

13h – Almoço

14h-16h – Painel 2

– As Reformas e seus impactos no Serviço Público

- Reforma Trabalhista e terceirização.

Exposição: ILAESE

- Reforma da Previdência

Exposição: FENASPS

- PLS 116/17

Exposição: Fenajufe

16h – Coffe-Break

17h-20h – Grupos de Trabalho – Debates e estratégias de enfrentamento.

06/08 – domingo

9h-13h – Apresentação dos trabalhos em grupo e encaminhamentos

Formulário de inscrição [aqui!](#)

**Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical**

## OS VENTOS QUE TRAZEM AGOSTO

O Congresso Nacional está em recesso, porém, a ansiedade paira no funcionalismo público. Os ventos que trazem o mês de agosto são de uma batalha não acabada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 foi enviada para sanção presidencial, elaborada dentro do Novo Regime Fiscal (NRF), após a sanção da Emenda Constitucional n.º 95/16, que reduz investimentos em políticas públicas.

O **Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2017**, que prevê diretriz e metas orçamentárias da administração pública, fecha o quinto ano consecutivo com as contas públicas no vermelho. O déficit primário é de R\$ 131, 3 bilhões para 2018.

O parecer aprovado proíbe a concessão de reajustes salariais posteriores ao término do mandato presidencial e restringe as admissões de novos servidores públicos. A posse de novos servidores ocorrerá apenas para reposição (total ou parcial) de vagas surgidas entre 15 de dezembro de 2016 (data em que entrou em vigor do Novo Regime Fiscal) e 31 de dezembro de 2017; para substituição de pessoal terceirizado; para as Forças Armadas; e para cargos custeados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) — toda a área de segurança local.

### Contingenciamento

O governo não descarta a possibilidade de suspender a liberação de R\$ 4 bilhões para órgãos públicos, atingindo diretamente a prestação de serviços públicos. Atualmente, o contingenciamento do governo tem estrangulado o funcionamento em muitos órgãos, como é o caso das instituições públicas de ensino, que sofreram corte de 45%. De acordo com a FASUBRA, a redução orçamentária inviabiliza o funcionamento das universidades a partir de setembro.

### Aumento de impostos

Rodrigo Maia, presidente da câmara dos Deputados sinalizou que a única alternativa para fechar as contas é o aumento de impostos.

### Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência em pauta no plenário da Câmara continua na mira do governo, para ser votada até o fim de agosto. Maia avisou que a Medida Provisória com pontos polêmicos da reforma trabalhista, como o trabalho intermitente e alternativas ao imposto sindical, será derrotada na Casa.

### Reforma trabalhista

Em entrevista à Folha de São Paulo, o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury criticou a falta de debate da matéria no Congresso e disse que o Brasil ainda tem uma cultura escravocrata. Segundo Fleury, a reforma beneficia maus empregadores e institucionaliza fraudes praticadas. A melhoria da fiscalização poderia reduzir os processos trabalhistas, e talvez nem precisasse da Justiça do Trabalho, afirmou o procurador.

Após a sanção da matéria, bancos reabriram programas de demissão voluntária como a Caixa (5 mil vagas para corte), o Banco do Nordeste e Bradesco.

### Demissão de servidores públicos

No Senado Federal, tramitam duas propostas para o serviço público. O **Projeto de Lei do Senado nº 200/2017**, que torna automática a perda da função do agente público condenado por corrupção. Para o autor da matéria, senador Cristovam Buarque (PPS/DF), a intenção é corrigir a falha no ordenamento e por fim a situações constantemente noticiadas nos veículos de comunicação, em que agentes públicos, inclusive políticos, se valem dos cargos e funções ocupadas para enriquecerem ilícitamente em detrimento da administração pública e, quando finalmente são condenados, continuam fazendo jus aos vencimentos mensais.

Já o **Projeto de Lei nº 116/2017** prevê a demissão de servidores públicos concursados, inclusive dos que já passaram e foram aprovados em estágio probatório. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), o texto prevê que servidores públicos de todo o país devem passar por uma avaliação de desempenho semestral.

Os que receberam nota inferior a 30% em quatro avaliações consecutivas serão exonerados, independente da estabilidade. Também perderão o cargo aqueles que tiverem desempenho inferior a 50% nas últimas dez avaliações. O Servidor será avaliado pelo chefe imediato, indicado politicamente, sem concurso público.

O projeto deve receber decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Caso seja aprovado segue direto para a Câmara.

### Campanha Salarial

Para resistir na luta, A FASUBRA Sindical convoca os trabalhadores técnico-administrativos em educação para engrossar as fileiras de mobilização no dia 02 de agosto, Dia Nacional de Luta em defesa das instituições de ensino públicas, e por abertura de negociações. No mesmo dia acontece a apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados de novas denúncias contra Temer, apresentadas pela Procuradoria Geral da República (PGR), que podem resultar no afastamento de Temer da presidência.

Também será desenvolvida pressão sobre os parlamentares nos aeroportos no dia 1º de agosto, como parte do processo de pressão e de construção de manifestações.

#### Pauta específica

- \*Inflação do período de 2015 a 2017, mais 2% de aumento real no piso da carreira.
- \*Reajuste dos benefícios com o mesmo índice, com diferencial para o Plano de Saúde no qual queremos um reajuste que acompanhe os reajustes da Agência Nacional de Saúde (ANS).
- \*Não ao corte de recursos no orçamento destinados à educação e recomposição das perdas do último período.
- \*Nenhuma interferência do governo e órgãos de controle em ações judiciais ganhas pelos trabalhadores.
- \* Nomeação imediata dos reitores eleitos pela comunidade universitária.
- \* Contra a Lei da Mordada e a Reforma do Ensino médio.

Com informações: Agência Senado

### Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES	
<b>AGOSTO</b>	
<b>09</b>	Reunião Ordinária do FENTAS
<b>10 e 11</b>	296ª Reunião Ordinária do CNS
<b>09 e 11</b>	VIII Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais das IFES, CEFETS e IPES
<b>13</b>	Data limite para envio dos testes em meio eletrônico a Comissão Organizadora do Confasubra (até a meia noite do dia 13/08, horário de Brasília) As teses deverão ser entregues, em mídia eletrônica, com solicitação de confirmação de recebimento e deverão conter um máximo de 250.000 caracteres incluindo os espaços em branco;"
<b>14</b>	Data para sistematização das teses pela Comissão Organizadora, ordenando-as por sorteio, e disponibilizá-las na página da FASUBRA Sindical até as 18h.
<b>SETEMBRO</b>	
<b>13</b>	Reunião Ordinária do FENTAS
<b>14 e 15</b>	297ª Reunião Ordinária do CNS
<b>18</b>	Data limite para as entidades de base forneçam as informações oficiais que atestam o número de trabalhadores que integram a base do sindicato e se enquadram no conceito de base da Fasubra.
<b>25</b>	Período para realização das Assembleias de Base (As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembleias Gerais). <b>Termino em 10/11.</b>
<b>28</b>	Data limite para que os/as delegados/as ao confasubra estejam filiados às suas respectivas entidades de base
<b>OUTUBRO</b>	
<b>01 á 06</b>	XXVI Seminário Nacional de Segurança das IPES e IBTT na Universidade Federal de Goiás Sint-ifesgo
<b>04</b>	Reunião Ordinária do FENTAS
<b>05 e 06</b>	298ª Reunião Ordinária do CNS
<b>21</b>	Prazo máximo de convocação das AG e comunicação a FASUBRA, exceto nos casos das AG convocadas pela base, conforme previsão regimental
<b>22</b>	Início convocação da Assembleia Geral pela base, para tal fim deverá ser subscrita conjuntamente por um dos membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, pelo menos, por 3 (três) trabalhadores/trabalhadoras filiados/filiadas da base do sindicato
<b>27</b>	Data limite para que os acordos de regularização financeira de dívidas estejam firmados e sendo cumpridos
<b>NOVEMBRO</b>	
<b>01 á 17</b>	Período de realização de Assembleias Gerais pela base, respeitado o prazo mínimo de 10 (dez) dias, inclusive, de antecedência entre a convocação e sua realização;
<b>08</b>	Reunião Ordinária do FENTAS

<b>09 e 10</b>	299ª Reunião Ordinária do CNS
<b>10</b>	<b>Período para termino das Assembleias de Base</b>
<b>14 á 20</b>	Data limite para que a ata, os editais de Convocação da Assembleia Geral e as respectivas listas de presença, devidamente rubricados pelo(s) representante(s) da Direção Nacional, pelos trabalhadores signatários da convocação e pelos demais membros integrantes da Mesa Coordenadora da Assembleia Geral, sejam enviados à Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA, até o dia 14/11, no caso de assembleia convocada pelas direções das entidades de base, e no caso de assembleia convocada diretamente pela base, até o dia 20/11.
<b>17</b>	Data limite para que as entidades depositem o correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos delegados e delegadas de cada entidade.
<b>26</b>	Data limite para quitação da taxa de inscrição de delegados e delegadas
<b>26,27,28,29 e 30, 01/12</b>	XXIII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical
<b>26</b>	Instalação da Comissão diretora do Confasubra
<b>26 e 27</b>	Início do credenciamento dos delegados e delegadas titulares, as 8 horas do dia 26/11 e encerramento as 12horas do dia 27/11
<b>27</b>	Credenciamento dos delegados e delegadas suplentes das 13 horas as 18 horas
<b>30</b>	As moções para deliberação em Plenário do XXIII CONFASUBRA deverão ser apresentados em meio eletrônico junto a Comissão Diretora até as 19horas do dia 30/11
<b>DEZEMBRO</b>	
<b>06</b>	Reunião Ordinária do FENTAS
<b>07 e 08</b>	300ª Reunião Ordinária do CNS